

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.291 - GO (2019/0287100-9)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**RECORRENTE** : V DA S L (PRESO)  
**ADVOGADO** : LENNON FERNANDES CARDOSO - GO045697  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de V. DA S. L. contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5432208.94.2019.8.09.0000 ).

Segundo consta dos autos, o recorrente foi preso temporariamente, no dia 25/1/2019, sendo a custódia convertida em prisão preventiva, pela suposta prática do delito previsto no artigo 217-A do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual. O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 337):

*HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. NEGATIVA DE AUTORIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO NA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PREDICADOS PESSOAIS. MEDIDAS CAUTELARES. 1- Não se conhece de pedidos veiculados em Habeas Corpus já apreciados e denegados pelo Tribunal, se desprovidos de fato novo, em observância a coisa julgada formal. 2- Incomportável o reconhecimento de excesso de prazo para a conclusão da instrução, quando não se vislumbra transposição desproporcional ou qualquer desídia por parte do condutor procedimental, em cotejo ao princípio da razoabilidade, mormente se o elastério, em parte, foi provocado pela defesa (Súmula 64 do STJ). 3- Ordem parcialmente conhecida e, nesta extensão, denegada.*

Na presente oportunidade, a defesa alega, em síntese, a desnecessidade da prisão preventiva, *pois além de ter o acusado bons antecedentes criminais, endereço certo e emprego fixo, restou comprovado ser ele pessoa honesta e íntegra* (e-STJ fl. 347).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ressalta, ainda, excesso de prazo para a formação da culpa, tendo em vista que a prisão do paciente perdura por mais de 177 dias sem a prolação de sentença, a ofender o princípio da presunção de inocência.

Por fim, ressalta que, diante das particularidades do caso, mostra-se adequada a substituição da prisão preventiva pelas medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal.

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e pela expedição do respectivo alvará de soltura.

O pedido de liminar foi indeferido (e-STJ fls. 387/389).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso ordinário, recebendo o parecer a seguinte ementa (e-STJ fl. 402):

*RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL EM CONTINUIDADE DELITIVA. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CUSTÓDIA CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. GRAVIDADE DA CONDUTA, PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE E RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. SEGREGAÇÃO NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ART. 312 DO CPP. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. TRAMITAÇÃO REGULAR DO FEITO. PLURALIDADE DE FATOS E NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. EVENTUAL DILAÇÃO PROCESSUAL QUE NÃO PODE SER ATRIBUÍDA À ACUSAÇÃO OU AO PODER JUDICIÁRIO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PARECER PELO PARCIAL CONHECIMENTO E, NESSA EXTENSÃO, PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.*

É o relatório. Decido.

Busca-se, no presente recurso, a revogação da prisão cautelar

# Superior Tribunal de Justiça

do paciente, acusado da prática do crime de estupro de vulnerável.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "*a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação*". No entanto, essa garantia deve ser compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Assim, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

*[...]. O excesso de prazo desproporcional, desmotivado e irrazoável para a conclusão do feito, mormente em se tratando de réu preso, não pode, em qualquer hipótese, ser tolerado. (HC n. 134.312/CE, Relatora Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 22/6/2010, DJe 2/8/2010).*

No caso, o Tribunal impetrado afastou a configuração de excesso de prazo na instrução, aduzindo o seguinte (e-STJ fls. 333/335):

*Depreende-se dos autos que o paciente VALDISON DA SILVA LEITE foi preso no dia 25.01.2019, por força de prisão temporária, sendo que, posteriormente, aos 20.02.2019, a constrição foi convertida em preventiva e, em seguida, no dia 27.02.2019, o paciente foi denunciado nas sanções do artigo 217-A, caput, na forma do artigo 71 (por no mínimo 07 vezes), todos do Código Penal.*

*Convém consignar que para fins de aferição de eventual constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo para a conclusão da instrução processual, não deve ser considerado o período que o paciente ficou preso temporariamente e, desse modo, vê-se que da data em que efetivada a prisão preventiva do paciente (20.02.2019) até o presente julgamento 06.08.2019), já*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*transcorreu 167 (cento e sessenta e sete) dias de custódia sem a finalização da instrução processual.*

*Pois bem. Após citação, a defesa apresentou resposta escrita em 07.03.2019 e a audiência de instrução e julgamento foi designada para o dia 24.04.2019, oportunidade em que foi deferido o pedido formulado pela defesa de realização de estudo interdisciplinar da vítima a ser realizado pela equipe especializada deste Tribunal, para este fim.*

*Assim sendo, esta intercorrência que resultou em uma maior delonga na marcha processual, tem a ver com um comportamento da defesa, mais especificamente, um dos pedidos formulados na peça de defesa preliminar, aplicando-se, com isso, o enunciado nº 64 do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que “não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa”.*

*Nesse sentido, julgado desta Corte, in verbis:*

*“HABEAS CORPUS. PRAZO. EXCESSO. DEFESA. CONTRIBUIÇÃO. SÚMULA 64 DO STJ. CONSTRANGIMENTO. INOCORRÊNCIA.*

*Não configura constrangimento ilegal o excesso de prazo provocado pela defesa (Súmula 64 do STJ)”. (TJGO, Habeas Corpus 5064687- 11.2019.8.09.0000, Rel. IVO FAVARO, 1ª Câmara Criminal, julgado em 07/03/2019, DJe de 07/03/2019)”.*

*Feitas estas digressões, importante asseverar que a contagem de prazos deve ser realizada de forma global, atendendo-se, sobretudo, ao critério de razoabilidade, não resultando o seu excesso de mera soma aritmética, já que se faz necessário, em certas circunstâncias, uma maior dilação temporal em virtude das peculiaridades do caso.*

*Verifica-se, ainda, que na realização da audiência de instrução e julgamento, a condutora procedimental determinou a expedição de ofício à comarca de Porangatu, para a devolução da carta precatória expedida para a inquirição da testemunha Claudiane Souza Gomes (movimentação 01, arquivo 37), o que foi atendido pelo juízo deprecado (movimentação 01, arquivo 38).*

*Com efeito, considerando que a vítima reside atualmente nesta capital, em 10.06.2019 também foi expedida carta precatória com o fito de promover o referido estudo pela respectiva equipe, atendendo ao pedido da defesa, conforme já exposto anteriormente.*

*Em consulta telefônica com a comarca de Uruana, bem como com a Divisão de Postagem deste Tribunal de Justiça, verifica-se que a referida precatória foi remetida a esta comarca, via*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*malote, no dia 25.06.2019. Portanto, conforme se vê a conclusão da instrução está próxima de seu deslinde, tendo em vista que a pendência processual recai tão somente no cumprimento desta carta precatória, oportunidade em que a equipe de psicólogos desta Corte irá realizar um estudo interdisciplinar da vítima.*

*À luz dessas considerações, não vislumbro, até o presente momento, a existência de gravame a ser reparado por este remédio heroico, pois o excesso de prazo encontra justificativa nas nuances do caso concreto, ressaltando-se que a autoridade dita coatora tem adotado todos os esforços para que, com a máxima urgência, a instrução seja concluída e o processo alcance o seu deslinde.*

*(...)*

*Além disso, a gravidade concreta do crime imputado, enquanto critério legitimador da custódia preventiva também serve como parâmetro para se aferir a razoabilidade na demora na marcha processual.*

*(...)*

No caso, o Tribunal entendeu que a ação penal tramita dentro do princípio da razoabilidade, sem registro de qualquer evento relevante atribuído ao Poder Judiciário que possa caracterizar constrangimento ilegal e justificar o relaxamento da prisão.

Ainda, o juízo de primeiro grau prestou informações narrando a cronologia processual do recorrente, do seguinte modo (e-STJ fls. 395/397):

*(...)*

*Em 18/01/2019 a Polícia Civil representou pela decretação da prisão temporária do paciente.*

*Em 24/01/2019 o pedido fora apreciado por este juízo, sendo decretada a prisão temporária pelo prazo de 30 (trinta) dias.*

*Concluído o Inquérito Policial, de forma incidental a autoridade policial pediu a conversão da prisão temporária em prisão preventiva.*

*Em 20/02/2019 este Juízo emitiu DECISÃO, decretando a prisão preventiva do paciente*

*Em 27/02/2019 o Ministério Público ofereceu denúncia contra o paciente, imputando-lhe a prática do crime previsto no art 217-A, caput, na forma do art. 71, caput (por no mínimo 7*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*vezes), ambos do CP.*

*Em 27/02/2019 a denúncia foi recebida.*

*Em 07/03/2019 o acusado apresentou resposta à acusação.*

*Em 22/03/2019 o processo foi saneado, sendo designada audiência de instrução e julgamento para o dia 24/04/2019.*

*Em 15/04/2019 foi impetrado pelo causídico do acusado, HC - liberatório com pedido liminar.*

*Em 24/04/2019 foi feita audiência de instrução e julgamento. Em tal sessão, foi deferido o pedido de realização de estudo interdisciplinar da vítima a ser realizado pela equipe de psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Ficou consignado, ainda, que após o cumprimento de tal diligência será oportunizado à acusação e defesa a apresentação de alegações finais.*

*Em 30/04/2019 foi proferido acórdão pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás denegando a ordem impetrada.*

*Em 10/06/2019, considerando que a vítima eslava residindo na Comarca de Goiânia-GO, foi expedida carta precatória para o fito de promover o Estudo Interprofissional pela respectiva equipe.*

*Em 16/07/2019 foi impetrado novo HC liberatório com pedido liminar pelo causídico do acusado, o qual também teve a ordem negada.*

*Em 17/08/2019 foi certificado que a vítima voltou a residir nesta urbe, motivo pelo qual não foi possível a realização do estudo interdisciplinar.*

*Em 17/09/2019 o Ministério Público indicou o novo endereço da vítima para realização do citado estudo interdisciplinar e requereu que a testemunha Claudiane Souza Gomes seja dispensada de ser ouvida judicialmente.*

*Em 24/09/2019 foi proferido despacho determinando a realização do estudo interdisciplinar no novo endereço da vítima.*

*(...)*

Destarte o processo teve seu impulso oficial de maneira ininterrupta, estando a instrução criminal na iminência de se encerrar. Desse modo, considerando, ainda, a natureza e gravidade concreta do delito

imputado, bem como a necessidade de expedição de cartas precatórias e da realização de estudo interdisciplinar, não se vislumbra transcurso prazal irrazoável ou desproporcional, apto a ensejar a revogação da medida cautelar extrema.

É nesse sentido o posicionamento desta Corte:

*PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. INADEQUAÇÃO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONTRA A SOBRINHA DE 3 ANOS. PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA DELITUOSA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.*

- 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.*
- 2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.*
- 3. A prisão preventiva está adequadamente motivada para garantia da ordem pública e com base em elementos concretos extraídos dos autos, que evidenciam a gravidade da conduta criminosa, tendo em vista que o paciente, em decorrência da relação familiar e aproveitando-se de momentos que estava a sós com a criança, teria cometido abusos sexuais contra sua sobrinha, de 3 anos de idade à época dos fatos.*
- 4. A medida constritiva é reforçada também pela necessidade de salvaguardar a integridade física e psicológica da vítima, porquanto a relação familiar aumenta a probabilidade da reiteração delitiva.*
- 5. Não há falar ainda em excesso de prazo na formação da culpa pois, em consulta ao TJSP, verifica-se que foi realizada audiência em 27/8/2019 e o processo segue seu curso normal.*
- 6. A pretensão de absolvição por negativa de autoria não pode ser apreciada por esta Corte Superior de Justiça, por demandar o exame aprofundado do conjunto fático-probatório dos autos, inviável na via estreita do habeas corpus.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*7. Habeas corpus não conhecido.*

*(HC 526.241/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 24/09/2019)*

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. MATERIALIDADE DE AUTORA. NOVA VALORAÇÃO FÁTICO-PROBATÓRIA. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. MATÉRIA NÃO APRECIADA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MODUS OPERANDI. EXCESSO DE PRAZO PARA JULGAMENTO. NÃO CONFIGURAÇÃO. WRIT DENEGADO. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. A decisão deve ser mantida por seus próprios fundamentos por estar em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.*

*2. No procedimento do habeas corpus, não se permite a produção de provas, pois ação constitucional que tem como objeto sanar ilegalidade verificável de plano, nisso não se incluindo o pretendido exame da suficiência probatória da materialidade e autoria delitivas.*

*3. A matéria relativa à ausência de contemporaneidade não foi objeto de análise no Tribunal de origem, motivo pelo qual não poderá esse ponto ser diretamente examinado nesta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Apresentada fundamentação concreta no decreto prisional, evidenciada no modus operandi do delito, praticado pelo agente, o qual era tio materno das vítimas, abusando-as sexualmente, retirando-lhes as suas totais capacidades de resistências, não se verifica manifesta ilegalidade.*

*5. É uníssona a jurisprudência desta Corte no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando seja a demora injustificável, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.*

*6. Não se verifica a ocorrência de claro excesso de prazo, pois, apesar de o paciente ter sido preso em 5/5/2018 e ter havido a anulação do processo desde a citação do acusado, o feito esteve em constante movimentação, seguindo sua marcha regular, não se revelando, no momento, desproporcional o tempo de prisão preventiva em relação às penas em abstrato do delitos imputados ao paciente.*



# *Superior Tribunal de Justiça*

7. Agravo regimental improvido.

(AgRg no HC 494.263/PI, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 04/09/2019)

Quanto à possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, em razão da ausência de fundamentação idônea para a prisão preventiva, observa-se que tal alegação não foi apreciada pelo tribunal revisor. Destarte, diante da ausência de análise pelo Tribunal, seu exame nesta instância implicaria indevida supressão de instância. Esse é o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NOVOS ARGUMENTOS HÁBEIS A DESCONSTITUIR A DECISÃO IMPUGNADA. INEXISTÊNCIA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO QUE DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. INDÍCIOS DE AUTORIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO FÁTICO. AGRAVO DESPROVIDO.*

*I - É assente nesta Corte Superior de Justiça que o agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a r.*

*decisão vergastada pelos próprios fundamentos.*

*II - No que tange aos requisitos da prisão preventiva, com efeito, o eg. Tribunal de Justiça sequer conheceu da impetração, sob o argumento de que tal pedido já fora analisado nos Habeas corpus nº 2016.03.00.021336-0 e 2016.03.00.022024-8 e ainda, que para se verificar as alegações deduzidas pelo impetrante seria necessária a análise do conjunto fático probatório dos autos inviável em sede de writ. Desta forma, se o eg. Tribunal a quo não se manifestou acerca da quaestio ventilada na impetração, fica impedida esta Corte de proceder à sua análise, sob pena de indevida supressão de instância.*

*III - Quanto à alegação de ausência de indícios de autoria da prática delituosa, tenho que a apreciação do tema demandaria aprofundado exame de material fático-probatório, procedimento vedado na via estreita do habeas corpus.*

*IV - Ademais, verifica-se do decreto preventivo que a r. decisão que manteve a prisão do ora agravante, encontra-se*

# Superior Tribunal de Justiça

*devidamente fundamentada em dados concretos extraídos dos autos, que demonstram de maneira inconteste a necessidade da imposição da medida extrema para garantia da ordem pública, notadamente se considerada a necessidade de se evitar a perpetuação das atividades da organização criminosa composta por mais de 30 membros da qual faria parte, ocupando posição hierárquica relevante, cujas atividades, voltadas para a prática de crimes como tráfico internacional de drogas e lavagem de dinheiro, renderam a apreensão de mais de meia tonelada de cocaína e mais de dois milhões de dólares americanos. Tais circunstâncias, penso, indicam um intenso desvalor da conduta supostamente perpetrada, e revelam a indispensabilidade da imposição da medida extrema em desfavor do recorrente.*

*Agravo regimental desprovido.*

*(AgRg no RHC 94.450/MS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018)*

Como entendimento esposado na presente decisão se conforma com a jurisprudência consolidada desta Corte Superior, atrai a incidência do art. 34, XX, do Regimento Interno do STJ.

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do STJ, **não conheço** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator